
ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER/SC

Processo Administrativo: Concorrência Eletrônica n.º 59/2024-PMS

Recorrente: ALLDAX CONSULTORIA E CONTABILIDADE S/S LTDA

PONTOGOV SISTEMAS LTDA, já devidamente qualificada no processo administrativo acima numerado, vem respeitosamente à Vossa Senhoria apresentar as **CONTRARRAZÕES** ao RECURSO interposto pela empresa ALLDAX CONSULTORIA E CONTABILIDADE S/S LTDA, o que faz com base nos fatos e fundamentos a seguir:

I. DA SÍNTESE

O Município de Schroeder/SC abriu processo licitatório, cujo objeto, conforme descrito no edital da Concorrência Eletrônica n.º 59/2024-PMS, é a *"contratação de prestação de serviços de consultoria nas áreas orçamentária, financeira, patrimonial, contraditórios ao tribunal de contas do Estado, encerramento de balanço anual, planos: plurianual, diretrizes e orçamento na sede do Município de Schroeder/SC."*

A empresa recorrente, ALLDAX CONSULTORIA E CONTABILIDADE S/S LTDA, restou inabilitada, tendo em vista os documentos enviados não demonstrarem: (a) A experiência prática exigida em contabilidade pública; (b) A comprovação de uso específico dos módulos do sistema Betha aplicáveis ao objeto da licitação; (c) A qualificação técnica alinhada à complexidade do certame.

Interpôs recurso administrativo em face de sua inabilitação na Concorrência Eletrônica n.º 59/2024-PMS, alegando que os critérios aplicados na análise de sua proposta foram excessivamente rigorosos, resultando em um suposto prejuízo ao princípio da isonomia e à competitividade do certame.

Os argumentos apresentados pela recorrente baseiam-se, principalmente, na interpretação de que as exigências editalícias não foram claras quanto à comprovação de capacidade técnica e na alegada omissão do edital em delimitar aspectos relacionados à especificidade do sistema Betha e ao vínculo empregatício dos profissionais indicados.

II. DA REGULARIDADE DO PROCESSO LICITATÓRIO

Conforme os documentos que instruem o processo, é evidente que o certame foi conduzido com estrita observância aos princípios da legalidade, isonomia e publicidade, em consonância com o art. 5.º da Lei n.º 14.133/2021, que estabelece:

As contratações públicas serão necessariamente precedidas de planejamento, observando-se os princípios da isonomia, da competição, da seleção da proposta mais vantajosa para a administração e da legalidade.

Em primeiro lugar, edital de licitação estabeleceu de forma clara e inequívoca os critérios de habilitação, conforme o item 7.4.1, que exige:

Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens ou serviços similares ... por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado ... com atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **que ateste conhecimento dos sistemas Betha**. (grifou-se)

Neste ponto, se justifica a inabilitação técnica da empresa recorrente, especialmente porque seu argumento é desprovido de qualquer fundamento legal ou editalício. Ora, há determinação expressa de que seja demonstrado tecnicamente o conhecimento dos sistemas Betha e, em razão do trabalho a ser desenvolvido e do próprio objeto do certame, óbvio que esta demonstração não pode ser genérica e vaga, devendo atestar a real capacidade de lidar com o sistema de gestão pública.

Tenta a recorrente fazer parecer que a empresa habilitada PONTOGOV foi beneficiada, pinçando um dos documentos e colacionando no recurso. Entretanto, a documentação ampla da

PONTOGOV demonstrou sua capacidade técnica nos moldes exigidos. Veja que a habilitação da PONTOGOV foi documentalmente e tecnicamente fundamentada pela Municipalidade.

Em segundo lugar, de modo diverso do que tenta fazer parecer o recorrente, a exigência de comprovação de vínculo formal entre o profissional técnico e a empresa está muito clara no edital. Veja-se:

7.4.5. Comprovação de vínculo, por meio de registro em carteira ou contrato de prestação de serviços, entre o responsável técnico pela execução do serviço e a proponente de no mínimo um Contador ou Técnico Contábil com a devida comprovação de formação.

a) Para dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação poderá ser realizada por meio contrato social ou documento equivalente

Não há, neste ponto, nenhum espaço para interpretação, tendo em vista que a exigência é clara e precisa.

Em terceiro lugar, a recorrente se apega a razões pontuais, pinçando trechos da decisão que, quando lidos de forma isolada, supostamente lhe trariam razão. Entretanto, não se pode ignorar que o julgamento foi realizado dentro dos padrões estabelecidos no edital e respeitando os parâmetros da discricionariedade, sempre devidamente acompanhados das razões e fundamentos do decidir.

Portanto, sem razão o recorrente.

III. DA ANÁLISE TÉCNICA E DO JULGAMENTO OBJETIVO

A inabilitação da recorrente decorreu de uma análise técnica criteriosa e fundamentada nos documentos apresentados e observou o seguinte:

Ausência de Especificidade no Atestado Técnico: O documento apresentado pela recorrente não atestou de forma clara o conhecimento exigido do sistema Betha, conforme previsto no

edital. Ressalte-se que o edital não exige o detalhamento de todos os módulos, mas sim a comprovação objetiva de conhecimento funcional do sistema, o que não foi adequadamente demonstrado.

Insuficiência na Comprovação de Vínculo: Foi constatado que a recorrente não apresentou elementos suficientes para comprovar o vínculo formal entre a profissional indicada e a empresa, conforme determina o item 7.4.5 do edital, que exige documentos como registro em carteira ou contrato de prestação de serviços.

Treinamento no Sistema Betha: O certificado de treinamento apresentado pela recorrente carecia de informações essenciais, como carga horária mínima e detalhamento do conteúdo abordado, requisitos estes que são essenciais ao julgamento.

IV. DOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E DA ISONOMIA

A conduta do pregoeiro observou rigorosamente os princípios da legalidade e da isonomia.

A exigência de comprovação técnica está amparada no art. 62 da Lei n.º 14.133/2021, que preconiza que a habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação.

Nas contratações de serviços, a Administração deverá exigir dos interessados a comprovação de aptidão para desempenhar atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da contratação, mediante critérios previstos no edital. A aplicação uniforme desses critérios garante que não haja tratamento desigual entre os participantes.

Assim, eventual habilitação da recorrente, sem atender plenamente às exigências editalícias, configuraria afronta ao princípio da isonomia e ao interesse público.

V. DA NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA DECISÃO

Os documentos juntados aos autos demonstram que a decisão administrativa que inabilitou a recorrente foi devidamente fundamentada, assegurando os princípios do contraditório e da ampla defesa, conforme disposto no art. 5.º, inciso LV, da Constituição Federal, e no art. 165, § 1.º, da Lei n.º 14.133/2021.

Ademais, a tentativa da recorrente de desqualificar o julgamento por meio de supostas falhas no edital carece de amparo legal, especialmente considerando que o prazo para impugnações do edital transcorreu sem o recurso, conforme faculdade prevista no art. 164 da Lei n.º 14.133/2021.

Portanto, o recurso, apesar de formalmente tempestivo, é substancialmente tardio, sobretudo nos pontos em que questiona exigências previstas no edital e não impugnadas no prazo legal.

VI. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

O **não provimento** do recurso administrativo interposto pela ALLDAX CONSULTORIA E CONTABILIDADE S/S LTDA, com a consequente **manutenção da decisão de inabilitação** da recorrente e regular **continuidade do processo licitatório**, garantindo a contratação de empresa que atenda plenamente aos requisitos editalícios.

Pede deferimento.

De Presidente Getúlio/SC para Schroeder/SC, 26 de dez. de 24.

Nilcelio Marcelino
Sócio Administrador